



*República de Moçambique*  
*Conselho Constitucional*

**Acórdão n.º 27/CC/2023**

**de 26 de Outubro**

Processo n.º 21/CC/2023

**Recurso Eleitoral**

Acordam os Juízes Conselheiros do Conselho Constitucional:

**I**

**Relatório**

O Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), representado pelo seu mandatário Boaventura Feliciano Nhantumbo, não se conformando com o Despacho do Meritíssimo Juiz do Tribunal Judicial do Distrito de Mandlakazi, recaído no Recurso Eleitoral n.º 02/TJDM/23 – RCE, de 15 de Outubro de 2023, veio interpor recurso a este Conselho Constitucional, ao abrigo do disposto no n.º 6 do Artigo 140 da Lei n.º 7/2018, de 3 de Agosto, atinente à Eleição dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, alterada e republicada pela Lei n.º 14/2018, de 18 de Dezembro, doravante designada Lei Eleitoral, socorrendo-se da seguinte fundamentação:

Os resultados eleitorais foram falsificados pelo Director Distrital do STAE-Manjacaze, Chefe de Operações Eleitorais do STAE-Manjacaze, Presidente da Comissão Distrital de Eleições (CDE) de Manjacaze, Coordenador da Comissão de Organização e Operações Eleitorais, Presidente da mesa número 030413-01 (Escola Familiar Rural), Presidente da mesa número 03413-01 (Beato) e Presidente da mesa número 030412.02ª (Epc de Dingane).

O recorrente termina o seu recurso sem ter formulado qualquer pedido a este Órgão.

Juntou cópias de editais do apuramento parcial (fls. 5 a 40).

## II

### *Fundamentação*

O Conselho Constitucional é o Órgão competente para apreciar, em última instância, os recursos e as reclamações eleitorais, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 243 da Constituição da República de Moçambique, do n.º 2 do artigo 9 e do n.º 6 do artigo 140, ambos da Lei Eleitoral.

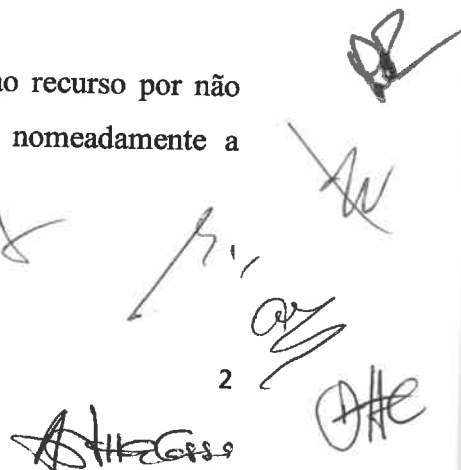
O recorrente é parte legítima, nos termos do n.º 2 do artigo 140 da Lei Eleitoral, e o recurso é tempestivo.

No seu recurso para este Órgão, o recorrente apresenta dois requerimentos. O requerimento constante a fls 56/57 constitui a fiel reprodução do que apresentou no tribunal recorrido fls 3/4 dos Autos. No requerimento, a fls 54/55 dos Autos, alega, em resumo, o seguinte:

- No dia 12 de Outubro de 2023, participou no apuramento intermédio no STAE de Mandlakazi, onde constatou divergências dos números do apuramento parcial, tendo a referida contagem sido adiada para o dia seguinte. No dia 13 de Outubro, o seu mandatário foi surpreendido com um forte contingente policial, tendo sido expulso *tipo criança*.
- O mandatário pediu a acta do apuramento intermédio mas a mesma não lhe foi fornecida pois ninguém estava na CDE.
- Os polícias ameaçaram os MMVs e seus delegados de candidatura.
- A CDE também se negou a dar credenciais aos delegados de candidatura do MDM que concorriam a membros da Assembleia Municipal.

Nos dois requerimentos de interposição de recurso ao Conselho Constitucional, o recorrente não apresenta nenhum pedido em concreto.

O Tribunal Judicial do Distrito de Mandlakazi negou provimento ao recurso por não estarem preenchidos os pressupostos para apreciação de mérito, nomeadamente a impugnação prévia e a tempestividade.



Com efeito, e quanto à tempestividade, o Tribunal *a quo* fundamenta a sua decisão no facto de que o recorrente interpôs o seu recurso no dia 15 de Outubro de 2023, *por volta das 16:00 horas (fls.2)*. Portanto, tendo em conta a data da publicação do edital, dia 12 de Outubro de 2023, o recurso é intempestivo, nos termos do n.º 4 do artigo 140 da Lei Eleitoral.

Compulsados os autos consta, a fls 42, o Edital do apuramento intermédio, ilegível, não se podendo, portanto, através dele, aferir a data e a hora da sua publicação. O Conselho Constitucional realizou diligências junto do Tribunal Judicial do Distrito de Mandlakazi da respectiva CDE para a remessa de um edital legível, tendo o pedido sido atendido com sucesso. Foi possível constatar que a data do mesmo é 12 de Outubro de 2023, confirmando se, assim, a intempestividade alegada.

Sobre a impugnação prévia, não consta dos autos qualquer prova de que as *decisões recorridas* foram impugnadas ou reclamadas no momento em que, eventualmente, ocorreram.

Nos processos eleitorais, um recurso tem sempre como finalidade um pedido de reapreciação de uma decisão de um órgão de gestão eleitoral, a fim de a modificar. Não existindo esta, nada haverá a apreciar, ilação que se retira da redacção do n.º 2 do artigo 140 da Lei Eleitoral quando alude que *Da decisão sobre a reclamação ou protesto podem recorrer além do reclamante, mandatários e os partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores*. Se assim não fosse, de que decisão se recorreria?

Esta exigência legal de impugnação prévia tem a ver com o facto de que *Os procedimentos eleitorais são necessariamente marcados em democracia pelo contraditório político. E, a seu lado, não raro como sua consequência, surgem controvérsias, litígios, conflitos jurídicos. Daí o contencioso eleitoral político enquanto conjunto de meios organizatórios e processuais destinados à sua solução<sup>1</sup>*.

Nos procedimentos eleitorais levados a cabo pela Administração Eleitoral, se o interessado não se manifestar perante um acto que esta pratique, o seu silêncio significa concordância com o mesmo, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 140 da Lei Eleitoral. De contrário, ou seja, se o interessado achar que aquele acto, praticado pela Administração Eleitoral, constitui uma irregularidade, deve naquele momento, reclamar

<sup>1</sup> Miranda, Jorge, in Conferência inaugural da II Assembleia das Jurisdições Constitucionais dos Estados de Língua Portuguesa, proferida em Maputo em 15 de Maio de 2011, pg 15.

ou protestar, manifestando a sua discordância. Este facto permitirá a separação de votos reclamados e não reclamados, pois só votos reclamados fazem emergir o recurso contencioso.

A Administração Eleitoral é obrigada a tomar uma decisão sobre aquela reclamação ou protesto, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 91, n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 103, e n.ºs 4 e 5 do artigo 110, todos da Lei Eleitoral, isto relativamente às operações eleitorais nas mesas de voto, apuramento parcial e apuramento intermédio autárquico, respectivamente.

Se, perante as referidas reclamações ou protestos, a Administração Eleitoral se remeter ao silêncio, a falta ou recusa de resposta a uma reclamação ou protesto, ou a parte do pedido ou pedidos formulados, deve ser interpretada como acto de indeferimento tácito da autoridade impugnada, susceptível, portanto, de recurso. É desta decisão de indeferimento, a ser provada por documentos ou testemunhas, nos termos do n.º 3 do artigo 140 da Lei Eleitoral, que se recorre para o tribunal judicial de distrito, nos termos do n.º 2 do citado artigo 140 da Lei Eleitoral.

Por tal motivo se fala em contencioso, em alusão a uma situação de conflito, disputa, contestação, controvérsia, litígio ou conflito jurídico entre duas ou mais pessoas, a dirimir judicialmente pela tutela jurisdicional, nos termos do artigo 9 da Lei Eleitoral.

Em resumo, se um concorrente às eleições pretender que uma irregularidade cometida pela Administração Eleitoral seja composta jurisdicionalmente, terá que, primeiro, reclamar ou protestar perante esta e, obtida a decisão competente, se não concordar com ela, poderá interpor o competente recurso perante os tribunais.

Por outro lado, o recorrente, em sede deste recurso, não apresentou nenhum pedido a este Órgão, pelo que, este não se acha em condições de apreciar e julgar seja o que for. O requerente não exprimiu, com precisão, o que pretende do Conselho Constitucional, ou seja, que efeito jurídico pretende obter com o recurso.

É patente a ineptidão do referido recurso por falta de indicação do pedido, o que, nos termos do artigo 193, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 474, ambos do Código de Processo Civil, leva ao seu indeferimento liminar.

Sobre os ilícitos eleitorais alegados pelo ora recorrente, extraíam-se cópias para o Ministério Público, para os devidos efeitos.

### III

#### Decisão

Nestes termos, o Conselho Constitucional nega provimento ao recurso e confirma, assim, a sentença recorrida.

Notifique e publique-se.

Maputo, aos 26 de Outubro de 2023

Lúcia da Luz Ribeiro

*Lúcia da Luz Ribeiro*

Manuel Henrique Franque

Domingos Hermínio Cintura

*Domingos Hermínio Cintura*

Mateus da Cecília Feniassse Saize

*Mateus Saize*

Ozias Pondja

Albano Macie

*Albano Macie*

Albino Nhacassa

*Albino Nhacassa*